

*Maria Filomena Mónica, Os Cantos. A Tragédia de Uma Família Açoriana*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2010, 430 páginas.

Respirando numa atmosfera semelhante à d'*Os Maias*, dos quais se distancia pela escrita historiográfica, mas com os quais partilha semelhanças que são visíveis no epílogo, no título, no enquadramento epocal e na saga familiar, o livro de Maria Filomena Mónica dá-nos a conhecer um período da história económica portuguesa marcado pela figura central de José do Canto.

Com *Os Cantos*, a autora regressa à biografia e ao arquipélago dos Açores. Depois de ter escrito sobre a influência da família Dabney no Faial, Maria Filomena Mónica investe na descoberta de um nome micalense que, embora essencial no desenho da paisagem natural e edificada, no desenvolvimento económico e na ilustração pública de São Miguel, ainda é insuficientemente conhecido fora dos territórios murados do saber académico.

Nas mais de 400 páginas que compõem a narrativa cativante de Filomena Mónica põe-se em evidência a personalidade mais dinâmica de uma geração ilustre de micalenses. Com efeito, José do Canto foi mais do que um simples produtor e exportador de laranja apaixonado por botânica. Suspeitando de que a Inglaterra estivesse a usar a fruta micalense para abastecer mercados como a Bélgica e a Holanda, procurou dotar a ilha com os meios que permitissem colocar directamente a fruta nestes países. Conhecendo a tendência que se verificava na Europa para escassear a carne de bovino, propôs uma reforma agrícola com a finalidade de aumentar a criação de gado em substituição da produção de cereais. Foi fundador da Sociedade Promotora da Agricultura Micalense. Lançou a ideia de se fundar uma companhia de vapores para escoamento das exportações. Concebeu um esquema de “comícios rurais” para ilustração do povo. Alargou o destino da cultura do chá para além do proveito ornamental que se retirava da planta. Deixou arborizada uma boa parte das bermas dos caminhos, das montanhas e matas micalenses, tendo consciência da utilidade deste serviço “para os seus proprietários [...] para o clima e para o país em geral” (p. 204).

Igualmente sensível ao valor do investimento cultural, dedicou grande parte do seu tempo a coleccionar obras de e sobre Camões. Gostava de actuar como mecenas junto dos intelectuais portugueses e estrangeiros. Foi sócio da Academia das Ciências. Conviveu com Lamartine, Edmond About e Léon Gautier. Correspondeu-se com o director do Kew Gardens. Possuiu uma das melhores bibliotecas particulares portuguesas do seu tempo. Privou com Ferdinand Denis, director da Biblioteca de Sainte-Geneviève. Financiou viagens e algumas publicações de António Feliciano de Castilho. Serviu de intermediário na contratação de arquitectos e engenheiros estrangeiros para

obras públicas portuguesas. Interveio junto das autoridades e dos seus conterrâneos para a construção da doca de Ponta Delgada, obra essencial à modernização de São Miguel: contratou o engenheiro inglês responsável pelo projecto, tratou com o conde do Lavradio, embaixador de Portugal em Londres, as questões relativas a este assunto, diligenciou junto dos deputados açorianos em Lisboa a agilização do processo.

Sem desprezar a carne histórica de um período que acomodava inquietações sob a pele do progresso, *Os Cantos* mostra ainda os mundos plurais em que se moveu este *gentleman farmer*, desde São Miguel, onde nasceu e para onde sempre sonhava regressar, até França, onde residiu, e Inglaterra, país que visitava com frequência, incluindo os corredores do poder lisboeta, nos quais reclamava com empenho as estruturas necessárias ao desenvolvimento da ilha. Viajante incansável por uma geografia física que o levou às exposições universais de Londres e de Paris, às estufas de plantas exóticas, aos parques, portos, praças e avenidas cosmopolitas das principais capitais europeias, José do Canto pontificou ainda na geografia íntima dos afectos familiares. Preencheu estes lugares com cuidados dirigidos à família, à preparação dos filhos para um futuro íntegro e independente e à saúde de um casamento ciclicamente abalado pelas lamentações da mulher, que adoecia sempre que o marido se ausentava.

Igualmente atento às peripécias políticas, vários foram os acontecimentos que atraíram a sua atenção, tanto locais como internacionais. Da agricultura à guerra, passando pela sensibilidade paisagística com que architectava a construção de casas e de jardins, o livro toca na multiplicidade dos centros e das periferias que agitaram o mundo oitocentista que José do Canto conheceu. À semelhança de outros intelectuais europeus, também ele seguiu os motins nacionais suscitados pela reforma fiscal e tributária, manteve-se informado sobre a política mundial, comentou os efeitos da intensificação do dogmatismo católico, angustiou-se com o modo como a nação era conduzida.

Das ambições mais modestas de José do Canto (“ler um bom livro e podar umas árvores ou semear umas couves”, p. 153) às mais sofisticadas (ver colocada a toalha de mesa pertencente a Napoleão III, que adquirira em leilão ou decorar os móveis ingleses com peças da Companhia das Índias), o livro de Maria Filomena Mónica mostra-nos setenta e oito anos de uma história pessoal vertida num sistema de vasos comunicantes que ligavam a ilha ao país e à Europa. Para isso apoia-se numa vasta bibliografia publicada, que inclui artigos da imprensa, trabalhos científicos, relatos de viajantes, à qual acrescenta espólios particulares que contenham a correspondência do biografado. Acima de tudo, Filomena Mónica articula os vários tipos de escritas de modo a transmitir a dimensão do vivido. Não se limitando às

largas pinceladas históricas, *Os Cantos* mostra-nos um quotidiano poliédrico, levando-nos a sentir as vibrações das vozes e das emoções nele contidas.

Um dos grandes méritos desta obra consiste na integração bem sucedida do material epistolar — frequentemente extenso e escrito num estilo diferente daquele a que estamos habituados — no discurso da autora. Com esta estratégia, o relato do quotidiano ganha intensidade sem sobre ele se abater a suspeita do exagero artificial. Um exemplo que ajudará a ilustrar a afirmação anterior é o do retrato de um certo universo feminino. A conhecida sensação de vacuidade que atormentava mulheres inteligentes destinadas a vidas fúteis transparece nas linhas que elas trocavam entre si e com o biografado. A par das rotinas e ocupações que caracterizavam o mundo das senhoras micaelenses, revela-se nas cartas escritas pela mulher, pela sogra e pelas irmãs de José do Canto uma insatisfação que frequentemente recebe o rótulo de “doença de nervos” e que tem em duas das mulheres mais ricas da ilha, Maria Guilhermina e sua mãe, dois casos exemplares. A sogra de José do Canto, apesar “das grandes aflições” que “interiormente sent[ia]”, não “se queixa[va] senão de nada a distrair e de todos os vestidos a agoniarem” (p. 164). Por seu turno, a mulher raramente resistia à tentação de falar da sua “triste vida” (p. 140). Uma das irmãs revela numa carta estar “acostumada a sofrer” (p. 182).

Ao lermos as cartas não só conhecemos sem mutilação as reacções aos factos, os matizes de um amor difícil, o carácter singular de um casamento e de um homem que exhibia com desassombro uma paixão erótica nem sempre correspondida na medida desejada, como também contactamos com a linguagem da época. É assim que encontramos os banhos frios, ou *de choque*, a *não se darem* com algumas pessoas (e não o inverso), que *os precisos* e *as precisões* nos surpreendem num enquadramento semântico que já não nos é familiar, que alguém *com poucas carnes* espelha uma verbalização desusada da magreza, que *ter um perigo* designa uma gravidez abortada.

Arrumando a matéria que o constitui em três partes, o livro começa e termina com a referência à felicidade. Depois de, na primeira parte, nos apresentar os anos de formação de José do Canto até ao início da vida adulta e de, na segunda, já no-lo apresentar casado, no seu momento de “cativeiro” em Paris (1853-1868), onde esperava proporcionar uma educação esmerada aos filhos, dá-se o acontecimento inaugural da *tragédia* que figura no subtítulo do livro. “O conflito”, designação atribuída ao último capítulo da segunda parte, consistiu no desentendimento com o primogénito. As expectativas sobre este filho ruíam no momento em que se tornava claro que o rapaz nem pretendia concluir o curso nem viver em casa dos pais. Na terceira parte da obra, o regresso da família a São Miguel é ensombrado por

esse desgosto, que viria a constituir a primeira de uma sucessão de perdas: o alcoolismo deste filho, a instabilidade mental do outro, a morte da mulher e a distância dos netos levariam José do Canto a escrever nos últimos anos “não sou feliz” (p. 336), depois de ter sentido que passara a vida “a endireitar coisas tortas” (p. 272).

O tema da felicidade confere, assim, circularidade ao livro, tornando pertinentes as palavras iniciais de Maria Filomena Mónica. Porém, se é verdade que, como a autora afirma, “nunca se recupera de uma infância feliz” (p. 17), porque a memória da felicidade é uma companhia espectral quando a vontade e a planificação sucumbem sob poderes cegos que as ignoram, não é menos verdadeiro que sem esta memória todas as infâncias, felizes ou não, se convertem em idades gastas. Tendo recuperado as lembranças de uma idade decorrida entre 1820 e 1898, as páginas d’*Os Cantos* fixam, de forma acessível e elegante, a memória de papéis que narram uma vida que persiste — a doca, os jardins, as casas, a capela, a laranja, o chá, os ananases e a biblioteca de José do Canto perduram na paisagem micaelense.

Leonor Sampaio da Silva  
Universidade dos Açores

*Jacqueline Lalouette, Jours de fête. Jour fériés et fêtes légales dans la France contemporaine*, Paris, Tallandier, 2010, 389 páginas (+ 4 páginas de fotografias coloridas em extratexto).

Jacqueline escreveu *Jours de fête (Dias de Festa)* em 2010 e Jaques filmara o *Jour de fête (Dia de Festa)* em 1949. O livro de Lalouette é consagrado às festas legais que decorrem em todo o território europeu da França — mas abre para as festividades locais e a festa na aldeia, que é o pano de fundo do filme de Tati, tem nele o seu lugar, embora marginal. Já havia livros sobre cada uma das festas nacionais francesas — mas não havia nenhum que as equacionasse como um conjunto. Passou a haver.

Com efeito, J. Lalouette estuda as festas nacionais a partir de Napoleão Bonaparte, regista onze em 2010 e agrupa-as em três categorias: *societais* — o ano novo e, embora menos típicas, segunda-feira de Páscoa e segunda-feira de Pentecostes, que parecem a muitos feriados religiosos mas não o são; *cívicas* — o 1.º de Maio, o 8 de Maio, a data da libertação, em 1945, o 14 de Julho, evocando a Tomada da Bastilha, o 11 de Novembro, come-